

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	29
1 HISTÓRICO DA PROTEÇÃO SOCIAL.....	31
1.1 Histórico da Proteção Social no Mundo.....	32
1.2 Histórico da Proteção Social no Brasil	36
1.3 Histórico da Proteção Social dos Servidores Públicos Brasileiros.....	41
2 SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988....	53
2.1 Conceito de Seguridade Social	54
2.2 Princípios da Seguridade Social.....	58
3 PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: REGIMES	65
4 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	71
4.1 Conceito e Justificação Constitucional	71
4.2 Normas Aplicáveis: as Ondas Constitucionais Reformistas	77
4.3 Características.....	82
4.4 Autonomia	86
4.5 Obrigatoriedade do RPPS	89
4.5.1 Regime próprio facultativo: autonomia do ente federado.....	90
4.5.2 Regime próprio como direito subjetivo do servidor titular de cargo efetivo.....	91
4.5.3 Regime próprio obrigatório para o servidor titular de cargo efetivo sem ferir a autonomia federativa.....	96

4.5.4	Consequências da obrigatoriedade de regime próprio de previdência aos servidores titulares de cargos efetivos.....	98
4.5.5	Conclusão.....	107
5	SEGURADOS E NÃO SEGURADOS.....	109
5.1	Conceitos de Segurado, Dependente, Beneficiário e Contribuinte	109
5.1.1	Filiação e inscrição do segurado	111
5.2	Servidor Público Titular de Cargo Efetivo	113
5.3	Servidor Público em Estágio Probatório	115
5.4	Servidor Público Ocupante de Cargo em Comissão Depois da EC 20/98	116
5.5	Servidor Público Ocupante de Cargo em Comissão Antes da EC 20/98	119
5.6	Servidor Público de Contrato Temporário.....	120
5.7	Empregado Público	121
5.8	Servidor Público Ocupante de Função Pública	122
5.9	Exercente de Mandato Eletivo	126
5.10	Notários, Tabeliães, Oficiais de Registro, Registradores, Escreventes e Auxiliares....	128
5.11	Afastamentos	129
5.12	Aproveitamento	132
5.13	Cessão	132
5.14	Concessões	134
5.15	Disponibilidade	134
5.16	Licenças	137
5.17	Promoção	142
5.18	Readmissão	143
5.19	Recondução.....	143
5.20	Reintegração.....	144
5.21	Polêmica Interpretação do § 13 do Art. 40 da CF/88 com a Redação dada pela EC 20/98.....	144
5.22	Perda da Condição de Segurado	153
5.23	Suspensão da Condição de Segurado	155
6	DEPENDENTES	157
6.1	Autonomia e Critérios na Definição dos Dependentes pelas Unidades Federadas ..	157
6.2	Cônjuges ou Companheiros.....	161
6.3	Filhos.....	162
6.3.1	Filhos menores.....	163

6.3.2	Nascituro	164
6.3.3	Filhos inválidos	164
6.3.4	Equiparados a filhos: enteados e tutelados	164
6.4	Pais	165
6.5	Irmandos.....	166
6.6	Menor sob guarda	166
6.7	Curatelados	168
6.8	Relações homoafetivas	168
6.9	Perda da condição de dependente.....	173
7	CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	175
7.1	Fontes de Custeio do RPPS	175
7.2	Conceito e natureza jurídica da contribuição social.....	176
7.3	Classificação das contribuições sociais.....	180
7.3.1	Desvinculação dos Recursos da União – DRU.....	183
7.4	Contribuição previdenciária dos servidores inativos e pensionistas.....	185
7.5	Alíquota da Contribuição Previdenciária.....	203
7.6	Base de Cálculo da Contribuição Previdenciária.....	205
7.7	Decadência e Prescrição da Contribuição Social	214
8	BENEFÍCIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	221
8.1	Aposentadoria	225
8.1.1	Aposentadoria por invalidez.....	227
8.1.2	Aposentadoria compulsória	236
8.1.3	Aposentadoria voluntária.....	236
8.1.3.1	Aposentadoria do(a) professor(a).....	239
8.1.4	Aposentadoria especial	242
8.1.4.1	Aposentadoria do policial civil.....	253
8.1.5	Regras de transição: segurança jurídica, direito adquirido e expectativa de direitos	256
8.1.5.1	Art. 3º da Emenda Constitucional 20/98.....	265
8.1.5.2	Art. 40 na redação original da Constituição de 1988	267
8.1.5.3	Art. 8º da Emenda Constitucional 20/98.....	268
8.1.5.4	Art. 40 na redação da Emenda Constitucional 20/98	270
8.1.5.5	Art. 3º da Emenda Constitucional 41/03.....	272
8.1.5.6	Art. 2º da Emenda Constitucional 41/03.....	273
8.1.5.7	Art. 6º da Emenda Constitucional 41/03.....	275

8.1.5.8	Art. 3º da Emenda Constitucional 47/05	276
8.1.5.9	Art. 6º-A da Emenda Constitucional 41/03	277
8.1.6	Proventos: cálculo e reajuste	278
8.1.6.1	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo antes da EC 20/98	278
8.1.6.2	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo entre a EC 20/98 e a EC 41/03	281
8.1.6.3	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo após a EC 41/03	283
8.1.6.4	Os proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo nas regras de transição	289
8.1.7	Averbação e desaverbação de tempo de contribuição	290
8.1.8	Desaposentação e reversão	292
8.1.9	Efeitos das penalidades administrativas na aposentadoria do servidor.....	297
8.1.9.1	Advertência	298
8.1.9.2	Suspensão	298
8.1.9.3	Demissão	299
8.1.9.4	Cassação de aposentadoria	300
8.1.10	Readaptação	301
8.2	Pensão	302
8.3	Auxílio-Doença	306
8.4	Salário-Família	307
8.5	Salário-Maternidade	309
8.6	Auxílio-Reclusão	310
8.7	Auxílio-Acidente	311
8.8	Abono de Permanência	312
8.9	Outros Benefícios	316
8.10	Acumulação	318
8.11	Teto, Subteto e Abate-Teto	322
8.12	Decadência e Prescrição	327
9	CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS – LEI 9.796/99	329
10	CONFLITOS FEDERATIVOS A RESPEITO DO RPPS	337
10.1	O Conceito de Empresa e o RPPS	339
10.2	Certidão Negativa de Débito (CND) e Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa (CPD-EN)	341

10.3	Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)	342
10.4	Cadastros Restritivos: CADIN e CAUC	343
10.5	(Ir)responsabilidade Pessoal de Agentes Políticos por Descumprimento de Obrigações Tributário-Previdenciárias	344
11	PROCESSO PREVIDENCIÁRIO	349
11.1	Processo Administrativo de Tributos Previdenciários	350
11.2	Processo Administrativo de Benefícios Previdenciários.....	354
11.3	Processo Judicial de Tributos Previdenciários.....	357
11.4	Processo Judicial de Benefícios Previdenciários	359
12	DISPOSIÇÕES GERAIS	361
12.1	Vedação de Contagem de Tempo Ficto	361
12.2	Subsidiariedade do RGPS	363
12.3	Fundo Previdenciário	364
12.4	Sistema de Saúde do Servidor Público	366
13	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO	373
13.1	Breve Histórico.....	375
13.2	Características	378
13.2.1	Complementar	379
13.2.2	Contratual	379
13.2.3	Filiação facultativa	380
13.2.4	Instituição facultativa	380
13.2.5	Regime financeiro de capitalização	383
13.2.6	Natureza pública	383
13.2.7	Regime jurídico híbrido.....	385
13.2.8	Contributivo.....	387
13.2.9	Fechado	387
13.2.10	Autônomo	388
13.2.11	Contribuição definida	389
13.3	Sujeitos.....	389
13.3.1	Participantes	389
13.3.2	Assistidos.....	394
13.3.3	Dependentes	395
13.3.4	Patrocinadores	395

13.4	Custeio.....	396
13.4.1	Custeio da Previdência Complementar no âmbito Federal.....	397
13.5	Benefícios.....	400
13.6	Entidades Fechadas de Previdência Complementar	403
14	COMENTÁRIOS À LEI GERAL DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – LEI 9.717/98	405
15	COMENTÁRIOS À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 101/2000 E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	413
16	CRÍTICA ÀS ONDAS REFORMISTAS: EM BUSCA DE NOVOS PARADIGMAS PREVIDENCIÁRIOS – A JUSTIÇA PROSPECTIVA ...	419
	REFERÊNCIAS	427
	ÍNDICE ALFABÉTICO	435